

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 14 DE JULHO DE 2015

15:00 Horas

ORDEM DO DIA

1. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 1027/XII/4.ª (PS) - "Alteração da Lei Orgânica da Provedoria de Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/98, de 29 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 195/2001, de 27 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho)":

Relator - Deputado João Lobo (PSD)

2. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:

A)

Proposta de Lei n.º 338/XII/4.ª (GOV) - "Aprova o Regime Geral do Processo Tutelar Cível":

Proposta de Lei n.º 339/XII/4.ª (GOV) - "Procede à segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro";

Proposta de Lei n.º 340/XII/4.ª (GOV) - "Altera o Código Civil e aprova o Regime Jurídico do Processo de Adoção";

B)

Projeto de Lei n.º 975/XII/4.ª (PS) - "Altera o artigo 1905.º do Código Civil e o artigo 989.º do Código de Processo Civil, melhorando o regime de alimentos em caso de filhos maiores ou emancipados";



C)

Proposta de Lei n.º 335/XII/4.ª (GOV) - "Transpõe a Diretiva n.º 2013/11/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo, estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo";

D)

Proposta de Lei n.º 343/XII/4.ª (GOV) - "Procede à 23.ª alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima, transpondo a Diretiva n.º 2012/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho, de 15 de março de 2001";

E)

Projeto de Lei n.º 998/XII/4.ª (PS) - "Encurta os prazos legais nas eleições para a Assembleia da República e elimina inelegibilidade injustificada de cidadãos com dupla nacionalidade";

Projeto de Lei n.º 1022/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - "15.ª Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, 5.ª alteração à Lei do Recenseamento Eleitoral e 2.ª alteração ao Decreto-Lei nº 95-C/76, de 30 de janeiro";

3. Nova apreciação das seguintes iniciativas legislativas:

A)

Projeto de Lei n.º 607/XII/3.ª (PS) - "Altera o Código Civil, promovendo o alargamento do regime de exercício de responsabilidades parentais em caso de ausência, incapacidade, impedimento ou morte de progenitor";

Projeto de Lei n.º 786/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - "Altera o Código Civil em matéria de responsabilidades parentais";

B)

Projeto de Lei n.º 809/XII/4.ª (PS) - "Consagra o princípio da Transparência Ativa em toda a Administração Pública";



C)

Projeto de Lei n. 173/XII/1.ª (PS) - "Altera o Código Civil, estabelecendo um estatuto jurídico dos animais";

Projeto de Lei n.º 1024/XII/4.ª (PS) - "Estabelece o quadro de sanções acessórias aos crimes contra animais de companhia";

D)

Projeto de Lei n.º 790/XII/4.ª (ILC) - "Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer";

Projeto de Lei n.º 1021/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - "Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro, através da aplicação do pagamento de taxas moderadoras na interrupção de gravidez, quando realizada por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez";

4. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:

Petição n.º 504/XII/4.ª - "Solicita a equiparação do regime de reformas dos vigilantes e seguranças privadas ao dos agentes da Polícia de Segurança Pública";

Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD)

Petição n.º 506/XII/4.ª - "Solicitam a criação de meios televisivos para exercício do direito de antena dos candidatos a eleições em termos equitativos";

Relator - Deputado José Magalhães (PS)

5. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:

COM(2015)303 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1683/1995 do Conselho que estabelece um modelo-tipo de visto;

COM(2015)8 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) (codificação);

COM(2014)711 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Sexto relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen 1 de maio - 31 de outubro de 2014;



COM(2014)235 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a avaliação ex post do Fundo para as Fronteiras Externas para o período 2007-2010;

COM(2014)230 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a avaliação ex post do Fundo Europeu de Regresso relativamente ao período 2008-2010;

COM(2014)96 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Relatório sobre a implementação da abordagem global para a migração e a mobilidade 2012-2013;

COM(2013)923 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Primeiro relatório sobre os progressos da aplicação, pela Rússia, das medidas comuns para um regime de isenção de vistos em viagens de curta duração de cidadãos russos e da UE ao abrigo do Diálogo UE-Rússia sobre Vistos;

COM(2013)832 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Quarto relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen - 1 de maio - 31 de outubro 2013;

COM(2013)485 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório anual ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre as atividades da Unidade Central do EURODAC em 2012;

Relatora - Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)

6. Outros assuntos.